

En Ferreira, Jaqueline y Schuch, Patrice, *Direitos e ajuda humanitária*. Rio de Janeiro (Brasil): Fiocruz.

Práticas de justiça e gramática espacial: olhando para o espaço em instituições de proteção à infância.

Fernanda Bittencourt Ribeiro.

Cita:

Fernanda Bittencourt Ribeiro (2010). *Práticas de justiça e gramática espacial: olhando para o espaço em instituições de proteção à infância*. En Ferreira, Jaqueline y Schuch, Patrice *Direitos e ajuda humanitária*. Rio de Janeiro (Brasil): Fiocruz.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/fernanda.bittencourt.ribeiro/11>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/p8dr/5nq>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

4

Práticas de Justiça e Gramática Espacial: olhando para o espaço em instituições de proteção à infância

Fernanda Bittencourt Ribeiro

*Quarto de não dormir
Sala de não estar
Porta de não abrir
Pátio de sufocar
Vitor Ramil, Espaço*

Nas instituições de proteção à infância em que realizei pesquisa no Brasil e na França, deparei-me com discussões, queixas, propostas que de forma recorrente e por diversas razões colocavam em cena o espaço – tanto o espaço físico, o espaço ‘construído’ e ocupado pelas instituições, quanto o espaço geográfico, ‘dado’ com base no qual se elaboram sentidos associados às pessoas que chegam nesses lugares na condição de usuários de um serviço de proteção à infância.¹ Os três lugares aos quais farei referência são muito diferentes entre eles: um conselho tutelar de Porto Alegre (RS), uma associação (Alésia 14) mantida por uma equipe de psicólogas e voltada para a prevenção de maus-tratos em Paris e outra associação francesa – Centre Autogéré de Voile et d’Animation Locale (Caval) – destinada a famílias ditas monoparentais em dificuldade, onde residem crianças designadas em perigo pelos serviços de proteção à infância. Esta instituição localiza-se em uma das ilhas da costa oeste da França, a ilha d’Yeu, e as crianças residentes são acompanhadas de um de seus pais – na maioria das vezes, a mãe. As famílias residentes em Caval são sobretudo oriundas da periferia de Paris. Apesar de diferentes

¹ As categorias ‘espaço construído’ e ‘espaço dado’ são utilizadas por Balfet *et al.* (1976).

quanto aos seus contextos e modos de atuação ou quanto às características de suas equipes, essas três instituições têm como missão a proteção aos direitos das crianças e suas origens estão no mesmo “movimento mundial que levou muitos países a reeditarem sua legislação sobre o bem-estar da criança durante os anos 1980” (Fonseca, 2004: 104).

Tendo por base uma perspectiva que considera o uso e as percepções do espaço como modos de manifestação ou de expressão da sociedade (Cadoret, 2000), o propósito deste capítulo é o de integrar a atenção ao espaço de atendimento/acolhimento na abordagem das práticas de Justiça voltadas à proteção dos direitos de jovens e crianças. Proponho que se tome o espaço das e nas instituições de proteção à infância/adolescência como parte do discurso social (Geertz, 1989) relativo às populações-alvo desses serviços. Referindo-me à noção de ‘gramática espacial’ – utilizada em análises relativas à ‘especialização dos problemas sociais’ na França contemporânea (Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 2005) –, quero, além de supor regras que presidem a utilização dos espaços, interrogar o que se busca construir com base nos usos e sentidos atribuídos aos espaços nas instituições de proteção à infância.

Desde os discursos higienistas do século XIX, “o espaço aparece como um modo de correção de desvios de todos os gêneros e a submissão ao ‘bom espaço’, a prova pela qual é preciso passar para merecer a integração” (Paul-Lévy & Ségaud, 1983: 14).² Contemporaneamente, qual a participação do espaço nas práticas de Justiça voltadas à proteção à infância? Se “está submetido a uma semântica que revela o social e nos é revelada por ele” (Cadoret, 2000: 235), o que a sociedade expressa por meio dos espaços destinados à proteção e garantia dos direitos da criança?

Antes de abordar aspectos relacionados ao rearranjo de espaços suscitados pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) no Brasil e ao uso e percepções do espaço em duas associações do sistema francês de proteção à infância, retomarei, muito brevemente, referências ao espaço que encontramos nas obras de Foucault (1989), Goffman (1968) e Bourdieu (1993) – autores críticos aos modos de controle social, aos mecanismos de dominação e sujeição dos indivíduos na sociedade ocidental do século XX.

² A tradução dos trechos cujas obras estão citadas em francês foi feita pela autora.

Foucault, Goffman e Bourdieu: espaço e hierarquização

Em sua análise do processo histórico de constituição da sociedade disciplinar na França, Michel Foucault observa que “as disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas”:

A forma jurídica geral que garantia um sistema de direitos em princípio igualitários era sustentada por esses mecanismos miúdos, cotidianos, físicos, por todos esses sistemas de micropoder essencialmente inigualitários e assimétricos que constituem as disciplinas. (Foucault, 1989: 194-195)

Como demonstra o autor, a gestão do espaço participa de forma determinante na concepção do poder disciplinador. Ao colocar em uma linha de continuidade os modelos de exclusão suscitados pela lepra e os esquemas disciplinares suscitados pela peste, ele observa a permanência do medo da contaminação como fundamento das soluções imaginadas:

O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura, o outro, o de uma sociedade disciplinar. Duas maneiras de exercer o poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas. (...) No fundo dos esquemas disciplinares, a imagem da peste vale por todas as confusões e desordens; assim como a imagem da lepra, do contato a ser cortado, está no fundo do esquema de exclusão. (Foucault, 1989: 175-176)

A aproximação desses dois esquemas – segundo Foucault, diferentes, mas não incompatíveis – deu-se a partir do século XIX, quando, ao espaço de reclusão de que o leproso era o habitante simbólico, aplicou-se a técnica do poder disciplinar apoiada no aparelho arquitetural do panóptico – essa figura de tecnologia política que permite “ver sem parar” (Foucault, 1989: 177). A insularização do Outro, percebido como fonte do mal, e observável na literatura desde a Idade Média, torna-se então a fórmula geral de gestão dos comportamentos desviantes.

Erving Goffman, cuja primeira pesquisa etnográfica foi realizada em um vilarejo situado nas ilhas Shetland (Escócia), viu na metáfora insular o princípio do fechamento que, por analogia, permitiu-lhe a construção do conceito operatório de instituição total. Fazendo o caminho

da ilha ao asilo psiquiátrico (Majastre, 2001), Goffman vislumbrou os cenários, o jogo do papel e do personagem que fazem a vida cotidiana desses espaços sociais de ação sobre o Eu. No hospital psiquiátrico Santa Elizabeth, de Washington, Goffman focaliza as interações microscópicas, a degradação da imagem do Eu, as margens de manobra, a vida clandestina na instituição. Em relação a todos esses aspectos de suas práticas cotidianas, os atores se servem das características do espaço físico, de suas regras e fronteiras. Para Goffman (1968), o espaço físico é ator e cenário de práticas de homogeneização e de diferenciação dos indivíduos.

Pierre Bourdieu, difusor da obra de Goffman na França e para quem “o espaço é um dos lugares onde o poder afirma-se e exerce-se sob a forma mais sutil, aquela da violência simbólica, como violência não percebida” (Bourdieu, 1993: 256), refere-se ao espaço físico como um princípio de diferenciação social: “o bairro estigmatizado degrada simbolicamente seus habitantes” (Bourdieu, 1993: 271) que, ao partilharem uma mesma degradação simbólica, integram o que o autor designa como grupos homogêneos com base espacial.

Na perspectiva desses autores, o espaço, investido pelo poder, age conformando indivíduos, disciplinando seus corpos, suscitando práticas reativas (como as adaptações secundárias na conceituação de Goffman), produzindo efeitos de violência simbólica. Foucault e Goffman vislumbram essa ação sobre o indivíduo, sujeito ou ator; Bourdieu, a inscrição do espaço social (de diferenças) nas estruturas espaciais e mentais.

Com base nessas abordagens, podemos interrogar uma das particularidades das instituições de proteção à infância em relação a outros dispositivos de controle e proteção social: o fato de que, invariavelmente, a passagem de crianças ou adolescentes por esses lugares coloca diretamente em questão a família, ou de forma mais geral, seus grupos de pertencimento. Reconhecendo essa particularidade, proponho que o discurso social que se expressa por meio dos usos e percepções do espaço nesses dispositivos possa ser analisado como um discurso referente às origens – este importante componente da construção das identidades.

ECA, Pós-ECA e Arranjos de Espaço

No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei n. 8.069), em 1990, incidiu diretamente sobre os espaços físicos por

onde passam ou nos quais residem crianças e adolescentes que, por alguma razão, encontram-se em contato com instituições e agentes do campo da proteção à infância.

No que se refere aos espaços de residência, o processo de elaboração do ECA foi acompanhado de vigorosas críticas às grandes unidades de abrigamento e de propostas visando garantir um atendimento personalizado, em pequenos grupos, evitando o desmembramento de grupos de irmãos (Cardarello, 1998). Nesse debate, por meio da gestão do espaço, vemos expressar-se um discurso social sobre a família. Nas discussões acerca do abrigamento e de suas condições, emergem preocupações sobre a desresponsabilização da família. Quando se concebem pequenas unidades de residência e se imagina seu modo de funcionamento, a família é utilizada como metáfora para a organização do espaço e das relações cotidianas na instituição (Cardarello, 1998; Fonseca *et al.*, 2006).

Como observa Cardarello (1998), no Rio Grande do Sul, já no ano seguinte à promulgação do ECA, a então direção da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) deu prioridade ao desmonte dos grandes prédios institucionais e à construção de pequenas unidades residenciais – as unidades residenciais transitórias (URTs) –, cuja concepção era orientada pela ideia de que o funcionamento dessas unidades fosse o mais próximo possível do sistema familiar. De acordo com essa autora, que analisou os debates que acompanharam a implantação das URTs em Porto Alegre, um dos dilemas enfrentados pelos técnicos referia-se à tensão existente entre a família de origem e a instituição: se por um lado o abrigamento de crianças, de acordo com a legislação, deve ser uma medida tomada em último caso, por outro essa mesma legislação lhes confere direitos (saúde, lazer, esporte, alimentação etc.) cuja plena garantia não é acessível às famílias pobres. Diante desse dilema, as medidas adotadas podem apoiar-se na acusação de negligência familiar e não na intenção de prestar assistência a uma família em dificuldade socioeconômica. Paradoxalmente, como propõe a autora, “quando a criança se tornou cidadão, seus pais parecem ter deixado de sê-lo” (Cardarello, 1998: 306).

Seguindo sua argumentação, somos levados a pensar que, quando o Estado assegura, às crianças pobres, condições de residência exemplares, como as das URTs, em espaços físicos acolhedores e nos quais as relações familiares são mimetizadas no que denotam em termos das representações de proximidade e de afeto, não se encontra mais lugar para as famílias de origem. Vale observar que essas crianças institucionalizadas em URTs

em razão da ‘negligência familiar’ são frequentemente colocadas em adoção. Dito de outra forma, quando o que se reserva às crianças e adolescentes toma distância em relação aos espaços físicos simbolicamente degradados como as grandes unidades da Febem, suas famílias de origem não transitam mais por eles.

Algo semelhante pode ser pensado com base no estudo que analisa a composição e a estrutura dos abrigos da rede municipal de Porto Alegre (Fonseca *et al.*, 2006). Estes também parecem obedecer a uma lógica na qual o abrigamento é incompatível com as ideias de apoio, suporte ou ajuda às famílias de origem. As autoras deste estudo demonstram que um obstáculo ao investimento público nas estruturas de abrigamento está associado à ideia de que isso contribuiria para a desresponsabilização das famílias. Abordando a heterogeneidade das atuais estruturas de abrigos, são identificados dois modelos coexistentes em Porto Alegre – os abrigos e as casas-lar:

As estruturas do modelo de ‘abrigo’ são prédios amplos, com muros ao seu redor e com condições de acolher mais de 15 crianças e adolescentes. Internamente, possuem espaços coletivos como refeitório ou amplas cozinhas, quartos para mais de quatro crianças e adolescentes e funcionam com rotinas coletivas de trabalho. A estrutura física das ‘casas’ tenta romper com os espaços despersonificados e as rotinas coletivas, investindo em equipamentos que recebem até 15 crianças, as quais comem nas cozinhas, têm quartos com até 4 pessoas, guarda-roupas e roupas próprias para cada criança ou adolescente. (Fonseca *et al.*, 2006: 143 – destaque no original)

Importa observar que a lógica do ‘abrigar’ que preside a colocação de crianças em um ou outro modelo institucional apoia-se, entre outros aspectos, no grau de proximidade entre as crianças/adolescentes e suas famílias de origem. Ou seja: nas unidades chamadas casa-lar, que representam “a tentativa de construir o abrigamento à semelhança de uma vivência do tipo familiar” (Fonseca *et al.*, 2006: 40), nas quais as características do espaço físico imitam as de uma casa e as relações evocam os laços de parentesco (pais e mães sociais), encontra-se a minoria de crianças que não mantêm mais vínculos com suas famílias de origem. Aquelas para quem ainda são vislumbradas possibilidades de reintegração familiar encontram-se nas instituições tradicionais, entre as quais estão as estruturas mais hostis e degradadas.

Além desses espaços de residência, o ECA teve consequências sobre lugares de trânsito. A criação dos conselhos tutelares (CTs) é um bom exemplo disso. Um dos argumentos para a criação dessas instituições foi o de que a criança vítima de violação a seus direitos não deveria ser atendida em delegacias de polícia (Ribeiro, 1996). Em 1994, quando realizei pesquisa de campo em um CT de Porto Alegre, durante a gestão do primeiro grupo de conselheiros tutelares, estes lutavam por melhores condições de infraestrutura para o trabalho. Durante a pesquisa, a sede do CT em questão mudou de endereço em razão das péssimas condições de suas primeiras instalações. O novo local, um pequeno chalé pré-fabricado, foi obtido por meio da paralisação das atividades por parte dos conselheiros.

Descrevendo o espaço físico de dois outros CTs da cidade, Félix (2005) observa que um deles assemelha-se aos prédios destinados pela Prefeitura aos postos de saúde do município. Quanto ao outro, localizado no Centro da cidade, ocupa desde meados dos anos 2000 o mesmo prédio no qual por muito tempo funcionou uma delegacia de polícia (!). A autora descreve:

O prédio é de fato pouco convidativo. Ele é em si pouco visível da calçada e sua entrada é toda gradeada. No espaço que vai da calçada até o balcão de atendimento há três bancos de madeira, para as pessoas aguardarem o atendimento. (...) A grade da frente está sempre fechada e o cadeado, que se localiza no alto, fica só encostado, para entrar é só retirá-lo e abrir a grade. Quando estão presentes crianças ou adolescentes, que são trazidos pela Brigada Militar, o cadeado é fechado para evitar fugas. (Félix, 2005: 20)

Ao que tudo indica, apesar de Porto Alegre ter sido a capital pioneira na implantação dos CTs, as características físicas desses novos dispositivos não os distinguiram claramente de outras instituições de controle sanitário ou policial. Ou seja, os CTs da cidade não têm uma ‘cara própria’ que poderia contribuir para que não amedrontassem aqueles que a instituição pretende proteger e ajudar. Sabemos que esses espaços são frequentados, além das crianças e dos adolescentes, por seus familiares. A pesquisa que realizei demonstrou que mais da metade dos casos atendidos estavam diretamente relacionados aos familiares, tanto como denunciados quanto como denunciantes (Ribeiro, 1996). Se levarmos adiante a ideia de que o espaço físico das instituições integra o discurso

social sobre a família, podemos pensar que as representações sobre as famílias que chegam ao CT as situam ora como doentes, ora como criminosas.

Quando a Suspensão do Espaço Sinaliza Hospitalidade: o exemplo de Alésia 14

Alésia 14 – esta associação formada por psicólogas e que conheci visitando estruturas vinculadas ao sistema francês de proteção à infância –³ nos fornece um exemplo no qual a suspensão do espaço físico permite um acolhimento baseado em princípios de hospitalidade. Divulgando um número de telefone ‘anônimo e gratuito’, destinado à escuta de pais em graves dificuldades relacionais com seus filhos, a equipe de psicólogas da associação Alésia 14 assegura uma forma de acolhimento incondicional que, de certa forma, contorna os riscos implicados na hospitalidade plena. Segundo Derrida, o paradoxo da hospitalidade torna a acolhida incondicional dificilmente realizável: “A hospitalidade pura, o acolhimento do outro sem condição e sem pergunta, traz uma ameaça intrínseca de perversão. (...) De fato, aquele que acolho pode ser um violador, um assassino (...) eventualidades estas que não podem ser excluídas” (Derrida, 2001: 118). Pela escuta telefônica é possível acolher incondicionalmente, posto que a distância física e o anonimato protegem aquele que acolhe.

No modo de intervenção concebido por essa equipe, o telefone funciona como ‘porta de entrada’ em uma relação que pode continuar ‘telefônica’ e/ou compreender encontros face a face e o acompanhamento da família por voluntários. De acordo com os princípios que orientam a prática dessas profissionais, tanto nas situações de risco quanto naquelas em que os maus-tratos estão instalados, o trabalho de escuta telefônica visa oferecer ao “adulto maltratante condições suscetíveis de favorecer a expressão de seu sofrimento” (Armaing & Bouju, 1990: 3). A posição dessa equipe é de que a proteção da criança passa pela disponibilidade de escuta e de apoio aos seus pais. Tendo sido criada em 1984, em um contexto no qual, segundo as profissionais, ‘as pobres crianças mártires’ eram pensadas em oposição a seus ‘pais cruéis’, a disposição de escuta

³ Com base em uma pesquisa de seis meses realizada nesse serviço, redigi uma monografia para a obtenção do Diploma de Estudos Aprofundados da École des Hautes Études em Sciences Sociales (Ribeiro, 1999).

dos sofrimentos desses pais suscitou desacordos por parte de agentes do campo da proteção à infância.

Trazendo esse exemplo do modo de intervenção realizado na associação Alésia 14, quero destacar que ele opera uma espécie de suspensão da dimensão espacial com a utilização do telefone como principal meio de contato com o serviço. Considerando o uso do espaço em instituições de proteção à infância como parte do discurso social sobre a família, cabe pensar que a suspensão do espaço físico indica uma intenção cultural de ajuda destinada a uma população fortemente estigmatizada. No caso dessa instituição, o telefone revela-se um instrumento adaptado a uma ética relacional que ultrapassa as trocas telefônicas e busca distinguir-se do controle e da punição, historicamente associados ao trabalho social na França.

Caval: acolhendo famílias em uma ilha?

Minha reação foi de grande surpresa quando as psicólogas de Alésia 14 me falaram desta instituição destinada ao acolhimento de famílias ditas ‘monoparentais em dificuldade’. Buscando uma alternativa de abrigamento que permitisse a reunião de uma mulher cujos três filhos (cinco anos, dois anos e um ano) estavam vivendo em uma instituição em Paris, uma das psicólogas me contou: “Talvez eles possam viver na ilha d’Yeu.” Ela me disse estar em contato com uma associação chamada Caval, que recebe famílias monoparentais cujas crianças encontram-se sob responsabilidade dos serviços da Ajuda Social à Infância.⁴ A equipe de Alésia 14 ainda não conhecia este serviço, mas sabia que ele funcionava por meio de duas modalidades de acolhimento: estadas curtas de 12 dias de férias e a residência de longa duração, que pode variar de alguns meses

⁴ O sistema francês de proteção à infância é dividido em ‘proteção administrativa’ e ‘proteção judiciária’ e compreende as instituições do Estado e uma extensa rede de organizações privadas regulamentadas como associações (lei de 1901). Sob responsabilidade da Ajuda Social à Infância, a missão de proteção administrativa é de natureza essencialmente preventiva e refere-se tanto a indivíduos quanto a ações voltadas para a coletividade. A proteção judiciária intervém de forma individualizada, com base em decisão do juiz da Infância, que ordena as medidas a serem adotadas. Essas medidas geralmente são de observação em meio aberto, ação educativa em meio aberto e colocação provisória da criança em família de acolhimento ou instituição (Manciaux *et al.*, 1997). O dispositivo ao qual me refiro neste capítulo é um serviço de colocação de crianças que faz parte do setor associativo e atua em parceria com o Juizado da Infância. Durante a residência familiar no serviço, as crianças encontram-se sob responsabilidade do diretor da instituição.

a vários anos – em razão das dificuldades familiares e do transcorrer da estada da família na instituição. Essas longas permanências são marcadas por duas etapas que se distinguem quanto ao espaço físico da residência: durante a primeira etapa, a família reside em coletividade, enquanto na segunda uma residência individual, também localizada na ilha, lhe é confiada. Em cada uma dessas etapas, os residentes (adultos e crianças) são acompanhados por uma ‘equipe educativa’ formada por educadores, psicóloga, assistentes maternas e estagiários. O objetivo de suas intervenções é evitar a separação mãe-crianças e oferecer um acompanhamento educativo ao grupo familiar.⁵

Enquanto ouvia essas explicações, eu me perguntava sobre a vida familiar em uma instituição e em um ambiente insular no qual os residentes de Caval são ‘estrangeiros’, posto que vindos do continente; eu via sobreporem-se à ilha – cujas características topográficas ajudaram Goffman (1968) a teorizar sobre as instituições totais – uma instituição de proteção à infância e a instituição família; eu pensava na história social das ‘classes perigosas’ para quem os espaços insulares foram, com frequência, uma destinação forçada...⁶ Levando em conta a recorrência histórica da imposição da distância geográfica adotada como medida punitiva e/ou de gestão de problemas sociais, eu me interrogava sobre o sentido desse deslocamento proposto a pessoas até então residentes na periferia de Paris.

Foi com essas e outras inquietações que cheguei a esse serviço da ilha d’Yeu, no qual acabei por realizar a pesquisa de campo para minha tese de doutorado (Ribeiro, 2005). Sem poder detalhar aspectos relativos à minha inserção nessa instituição, limito-me a observar que a pesquisa

⁵ Na França, o princípio da separação da família de origem foi dominante até os anos 60, quando a colocação das crianças em famílias rurais buscava introduzi-las em um contexto educativo parecido ao das outras crianças. Um ambiente calmo onde a alimentação é sadia, a vida regular ao ar livre e o afastamento da família de origem eram representados como benéficos para o desenvolvimento infantil. A ruptura rigorosa com um meio julgado nefasto era então uma medida comum (Cadoret, 1995). Atualmente, ruíram as certezas em relação aos benefícios das separações precoces, e a manutenção do laço pais-criança apresenta-se como orientação dominante.

⁶ “A maior parte das ilhas francesas assumiram, sucessivamente, o papel de prisão: Sainte Marguerite, Mirabeau, Hyères, Oléron, Belle Île, île de Ré. A Itália envia seus presos para a ilha Pantelleria e a Espanha livra-se dos seus nas ilhas Zaffarines. O México deporta seus condenados em Marie Madre enquanto que o Brasil coloca os seus na ilha Fernando de Noronha” (Aubert de la Rue, 1933: 104).

foi realizada durante dois anos (de fevereiro de 2000 a fevereiro de 2002) mediante observação participante. Nesse período, a cada dois meses eu retornava à ilha d'Yeu e permanecia em torno de 15 dias hospedada na casa coletiva que corresponde à primeira etapa da residência das famílias nesse serviço. Além dessa convivência cotidiana e prolongada, a instituição autorizou-me a pesquisa nos dossiês de todas as famílias que lá residiram entre 1989 e 2002 – então realizei entrevistas com os fundadores da associação, os membros da equipe educativa e residentes da ilha, externos à associação.

Com 23 quilômetros quadrados e a vinte quilômetros do continente, a ilha d'Yeu tem dez quilômetros de comprimento e sua largura máxima não ultrapassa quatro quilômetros. Sua população permanente é de cinco mil habitantes, e 70% da economia local depende da pesca e das atividades a ela relacionadas. Entre as 16 ilhas distribuídas pela fachada atlântica da França, ela é a segunda mais distante do continente; atualmente a travessia se faz por barco e helicóptero a partir do porto de Fromentine. A ocupação do espaço na ilha é multicentrada, e os habitantes repartem-se entre duas aglomerações principais – o porto Joinville e o burgo Saint Sauveur – e trinta outras menores. As estações funcionam como princípio de diferenciação da vida na ilha: durante o verão, a população pode quadruplicar com a presença de turistas e residentes secundários que moram no continente, mas têm casa na ilha. Nessa estação, diversificam-se as possibilidades de horário de travessia. Mais da metade das casas da ilha são residências secundárias construídas principalmente a partir dos anos 60, e seus proprietários pertencem a categorias socioprofissionais privilegiadas – médicos, comerciantes, professores, engenheiros, empresários, militares (Chaussade, 1991).

O Espaço no Projeto Institucional: da abertura ao oceano à insularização

Caval é a sigla de Centro Autogestionado de Vela e de Animação Local, ou, no original, Centre Autogéré de Voile et d'Animation Locale, como já informado no início deste capítulo. Segundo seus protagonistas, a história da associação divide-se em dois períodos: a 'época dos adôs'⁷ e a 'época das famílias'. Em 1976, animados pelos ideais e críticas que

⁷ 'Adôs' corresponde à abreviatura de adolescentes, utilizada no francês coloquial.

mobilizaram a juventude francesa em maio de 1968, um grupo de pessoas envolvidas com o trabalho social criou essa associação destinada inicialmente à oferta de estágios de vela para jovens ‘em dificuldade’ e residentes em instituições localizadas no continente. De acordo com um de seus fundadores: “Éramos jovens de classe social privilegiada, vínhamos de férias para a ilha d’Yeu e queríamos abrir nossa ilha para quem não tinha acesso.” Com esse propósito, conceberam um projeto sociopedagógico apoiado nas características do espaço insular e voltado para atividades náuticas: “um acesso privilegiado ao mar reforça as chances de revalorização individual e de abertura aos outros” (Caval, 1976).

No projeto original de Caval, a ilha é um lugar de passagem associado ao prazer e às férias.⁸ Nele não se faz referência à insularidade quanto ao seu potencial ‘envelopante’ ou fechado; nem à punição ou à correção – estas duas palavras historicamente associadas aos ‘encontros’ entre as ilhas e as classes populares. Os objetivos relacionados à evasão, à abertura, ao aprendizado em coletividade, apesar de estarem de acordo com o espírito dos tempos, na França da década de 1970 enfrentaram muita resistência por parte da população local, e os primeiros anos de atividade da associação na ilha foram marcados por protestos. Na memória local eles deixaram lembranças, sobretudo negativas. Uma residente da ilha, falando do que ela se lembrava desse período, me disse:

O problema eram os adolescentes da periferia de Paris. Eles vinham e não eram suficientemente enquadrados, eles portavam facas, eram realmente perigosos, nós não estávamos habituados a isto na ilha e não queremos que venham tirar nossa tranquilidade.

Cabe lembrar que os grandes conjuntos habitacionais localizados na periferia de Paris foram, do início dos anos 70 à atualidade, “objeto de críticas (...) tornando-se o alvo de todos os discursos estigmatizantes, inclusive os mais violentos discursos de erradicação” (Lepoutre, 1997: 33). No que se refere às consequências dessas representações sobre o projeto da associação Caval, podemos afirmar que seus desdobramentos, ao longo

⁸ No projeto da escola de vela, a intenção de autogestão, em um contexto de crítica ao trabalho social, retoma uma antiga referência às ilhas como lugares de experimentação pedagógica. Nas utopias pedagógicas – esse gênero literário definido como ficção-política –, o fechamento do espaço insular serve de metáfora para a proteção “contra a corrupção do exterior e a ameaça dos estrangeiros” (Boudon & Bourricaud, 2000: 660). O espaço reduzido e separado das ilhas torna-se a cena sobre a qual se elabora a concepção de uma pequena sociedade organizada de acordo com princípios ideais.

dos anos 80, corroboram as análises de Bourdieu a propósito dos efeitos estigmatizantes dos lugares: “nada é mais intolerável do que a proximidade física (vivida como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes” (Bourdieu, 1993: 259). No início dos anos 80, para manter suas atividades, a associação é levada a buscar uma nova via de intervenção – “não podíamos mais acolher os jovens, o meio insular não suportava mais” (Pierquin, 1997: 1) – levando para a ilha uma população potencialmente ‘menos perigosa’ e mais controlável: ou seja, famílias ditas ‘monoparentais em dificuldade’ e suas crianças designadas ‘em situação de risco’ (leia-se: mulheres e crianças de no máximo 13 anos).

Em comparação ao projeto de acolhimento dos jovens, quando se trata das famílias, não é a abertura ao oceano que é destacada nas referências ao sítio insular. Se este permanece um ‘parceiro’ das atividades da associação, quando se trata do acolhimento das famílias ele é valorizado por seu aspecto ao mesmo tempo “fechado e familiar” (Lallemand, 1991: 7). Enquanto o mar e suas promessas de evasão ocupam um lugar central no projeto de acolhimento dos jovens, no que é proposto às famílias monoparentais ele torna-se o signo de uma ruptura que permite o reencontro familiar. De 1983 a 1989 as famílias eram recebidas somente por 12 dias de férias, e foi a partir “de uma reflexão sobre o espírito da ilha” (entrevista de um membro do Conselho Administrativo da associação) que o projeto incorporou a possibilidade da residência ao longo do ano. A virada representada pelo acolhimento das famílias a partir dos anos 80 implicou uma ressignificação do papel atribuído ao espaço insular transformado em lugar de passagem. Nessa perspectiva, ele é utilizado com a intenção de marcar uma ruptura, criar “um antes e um depois, um futuro, que suscita uma história familiar; antes, durante a ilha d’Yeu e depois” (Lemaignan & Gauthier, 1992). Nessa nova forma de intervenção, observa-se uma aproximação entre as palavras utilizadas para descrever a topografia do lugar de acolhimento e a população recebida. Assim como a etimologia da palavra ilha remete à noção de isolamento, no projeto institucional essa palavra serve também para descrever a condição de vida e a problemática social subjacente à residência de uma família nesse serviço.

De 1989 a 2002, ao menos 55 famílias (53 mães, dois pais e 98 crianças) residiram nessa instituição por 15 meses em média.⁹ Como já observado, a maioria das famílias acolhidas nesse serviço é oriunda da

⁹ Para as residentes a quem farei referência, o tempo de residência ultrapassou três anos.

periferia de Paris, portanto a residência na instituição subentende um distanciamento em relação ao meio social de origem. As mães residentes têm entre 21 e 36 anos; suas famílias são francesas de origem magrebina,¹⁰ antilhesa, da ilha da Reunião, e há mais de uma geração suas trajetórias são marcadas pela relação com os serviços sociais. Na ocasião em que se mudaram para essa instituição, nenhuma delas tinha um trabalho, todas dependiam da ajuda do Estado; suas condições de moradia eram precárias ou provisórias, seus companheiros frequentemente estavam desempregados e foram descritos como alcoólatras ou drogados, depressivos ou violentos. Foram os trabalhadores sociais com os quais estavam em contato que lhes propuseram essa alternativa de residir por um período nessa associação da ilha d'Yeu, a fim de evitar que as crianças fossem colocadas ou continuassem vivendo em instituição ou em família de acolhimento. Mesmo se as suas condições psicossociais (alcoolismo, moradia precária, desemprego) ou relacionais (conflitos entre o casal e com a família extensa, suspeita de negligência ou de maus-tratos contra as crianças) tenham sido designadas como um 'risco' ou 'perigo' para as crianças, os trabalhadores sociais estimaram que a colocação das crianças em instituição tradicional, separadas da mãe, ou em família de acolhimento não era uma medida apropriada.

Como a ilha, também as famílias recebidas são ditas isoladas, e a forma como a data de suas chegadas na instituição é marcada nos dossiês denota o lugar central ocupado pelo espaço insular no projeto de acolhimento. Na página de rosto de cada dossiê, lê-se: "Família X, chegada na ilha d'Yeu dia..." Uma vez que não se diz chegada em Caval, essa forma de marcar a entrada na instituição amalgama a admissão no serviço e a chegada no sítio insular – o que sugere a intenção institucional de ver a ilha e o serviço permanecerem, na trajetória dos grupos familiares recebidos, como um mesmo lugar de passagem. Tal sobreposição do espaço geográfico da ilha e do espaço institucional é perceptível também nas formas de falar das residentes: quando fazem referência ao 'estar fora', isto corresponde tanto à instituição quanto à ilha. 'Estar fora', conforme as circunstâncias do discurso, quer dizer tanto estar no continente como não fazer parte das famílias residentes em Caval. Do ponto de vista do projeto institucional, reforça-se recorrentemente a representação desse período como o de uma 'transição' na qual a passagem pelo espaço insular é assimilada ao fechamento de um ciclo, a uma 'virada de página'.

¹⁰ O Magrebe é a região africana que abrange, em sentido estrito, Marrocos, Saara Ocidental, Argélia e Tunísia. O Grande Magrebe inclui a Mauritânia e a Líbia.

Caval na Ilha d'Yeu: espaços de circulação e espaços habitados

As atividades da associação são organizadas em dois principais espaços: um situado à beira-mar e outro no Ker Bossy, aglomeração localizada no meio da ilha. No cotidiano, esses dois lugares são designados como Marais Salé (nome da praia) e Cap Horn (nome da casa em que vivem em coletividade) e representam lugares de residência e de circulação dos residentes e da equipe. No Marais Salé, estão localizados o escritório do diretor, o secretariado da associação Caval, uma grande sala, cozinha, instalações para a acomodação dos equipamentos náuticos e de alojamento para grupos em férias. As famílias residentes circulam por esse espaço por motivos variados: reunião com o diretor, educadores e psicóloga, participação em atividades de lazer ou festivas, sessões de reforço escolar. Na casa Cap Horn, as famílias recém-chegadas residem em coletividade durante os seis primeiros meses de estada na instituição.¹¹

A casa familiar Cap Horn: uma ilhota no meio da ilha

A cinco minutos de carro do porto Joinville, chega-se à frente dessa casa cuja fachada é típica da ilha: branca com as janelas azul-marinho. Assim como muitas outras, a casa tem seu nome Cap Horn escrito em ferro e colocado em diagonal entre duas das três janelas que compõem a fachada. Vista do exterior, ninguém poderia supor que se trata de uma residência coletiva destinada a famílias acompanhadas pelo sistema de proteção à infância. A entrada nos espaços da casa se dá pela lateral, através de um portão de madeira. Sua localização faz com que seja cercada por ruas em quase todos os lados – a única exceção sendo seu lado direito, que faz divisa com uma casa desabitada. O portão de entrada – cujo trinco só não está ao alcance dos bem pequenos – abre para um pátio interno cercado pelas portas de oitos quartos, da cozinha, da sala coletiva,

¹¹ Buscando conhecer um pouco da história dessa casa, soube que antes de ser comprada por Caval ela abrigava um bar. Localizada no meio do caminho entre o porto Joinville e o burgo Saint Sauver – as duas principais aglomerações da ilha –, a casa tinha esse nome pois seriam raros aqueles que conseguiram chegar em boas condições ao porto, depois de ter feito escala no bar. Atualmente, diz-se dessa casa que ela é “um lugar duplamente transicional, por causa do seu nome e da passagem das famílias. Um cabo entre...” (Lemaignan & Gauthier, 1992: 2). Vale lembrar também que o cabo Horn – dito lugar mítico pelos marinheiros – marca o ponto mais austral da América do Sul, e sua reputação advém dos fortes ventos e condições climáticas que tornam sua travessia bastante perigosa.

DIREITOS E AJUDA HUMANITÁRIA

de um escritório e da lavanderia. A capacidade total de alojamento é de 25 pessoas. Os oito quartos não têm as mesmas dimensões: os menores alojam um adulto e uma criança; os maiores, um adulto e cinco crianças. Composto de quartos e banheiro, cada apartamento é equipado com camas, uma mesa, cadeiras e móveis para os pertences pessoais. A utilização do espaço em sete dos oito apartamentos é maximizada por um mezanino ocupado normalmente pelas crianças.

O pátio cimentado comporta um equipamento de recreação – o elefante – colocado sobre um solo de cortiça, três mesas de madeira, cadeiras e dois grandes guarda-sóis. A porta da cozinha também converge sobre o pátio, e pela cozinha tem-se acesso à sala onde são feitas as refeições, em coletividade. O espaço dessa peça retangular é organizado em três subespaços: à esquerda da porta de entrada encontra-se uma sala de estar; no meio da peça são colocadas as mesas utilizadas para as refeições; e o lado direito da sala é o canto de jogos ocupado pelas crianças. Assim como a cozinha, esta sala também é muito bem equipada; suas paredes são pintadas de laranja e amarelo, e uma cortina nas mesmas cores a torna muito agradável. Entretanto, com exceção dos horários de refeição, ela não é muito frequentada pelas residentes, que preferem permanecer em seus apartamentos ou no pátio.

Algumas regras referentes à ocupação dessa casa são importantes, ante a interrogação sobre o discurso social que se expressa por meio do espaço e de seus usos. Ainda que os quartos individualizados assegurem um espaço de privacidade para cada grupo familiar, a regra que impede que familiares, companheiros ou amigos sejam recebidos nesse lugar como visitantes indica um primeiro ponto de tensão entre a estrutura de acolhimento e as residentes. A desobediência a esta regra implica a possibilidade de interrupção da residência no serviço e o retorno da família ao continente.¹² Cada residente, no momento da admissão, recebe as chaves do quarto e é informada de que uma cópia é mantida pela equipe educativa, que poderá utilizá-la quando julgar necessário. Bebidas alcoólicas são proibidas tanto nos espaços coletivos quanto nos quartos.

¹² Uma consequência possível dessa medida é a colocação das crianças em instituição tradicional ou em família de acolhimento.

Ressonâncias do viver em coletividade em um espaço insular

- Um dia a assistente social chegou e me disse:*
– *Ou vocês vão para ilha d’Yeu ou nós teremos
que colocar seus filhos em instituição.*
– *Onde fica isto?*
– *É na Vendée.*
– *Eu nunca saí de Paris, não tenho a
menor ideia de onde fica a Vendée.*

Quando chegamos ao porto de Fromentine, eu disse:
– *Eu é que não subo neste negócio...*

As crianças estavam fascinadas...
Já era noite quando chegamos a Cap Horn
e a assistente social nos disse para ir dormir:
No dia seguinte, quando acordei me perguntava:
Meu Deus, onde é que eu estou?
Parecia que eu estava numa prisão.
Estelle

De maneira unânime, as mães afirmam ter aceitado residir na ilha d’Yeu a fim de evitar a separação dos filhos: “Eu escolhi vir, mas eu não tinha escolha.” Portanto, o que no projeto institucional é definido como uma ‘ruptura’, no discurso das mulheres aparece como uma ‘continuidade’, e a aceitação dessa mudança para a ilha, a prova dos sacrifícios que são capazes de fazer pelos seus filhos. Chegando na casa Cap Horn, elas afirmam ter “deixado tudo para trás”. Mesmo tendo partilhado com residentes e educadores momentos descontraídos e alegres em Cap Horn, frequentemente ouvi dizer que ninguém gosta de ir a essa casa ou de ficar nela. Emilie, depois de ter se mudado para um apartamento individual, me convidou para ir a sua casa dizendo: “Amanhã, se você quiser, pode vir jantar aqui em casa, assim muda os ares de Cap Horn.” Quando Teddy (8 anos), filho de Janine, construía uma casa para passarinhos a fim de colocá-la dependurada no pátio, sua mãe me contou:

*Você vai ver como fizeram uma casa grande. Normalmente estas casinhas
são pequenas, uma para cada um, mas esta que fizeram é grande, é Cap*

DIREITOS E AJUDA HUMANITÁRIA

Horn. Eu vou escrever na frente Cap Horn Pássaros, assim todos os passarinhos tristes e com problemas virão.

De maneira geral, as residentes interpretam essa passagem obrigatória pela coletividade como uma prova pela qual terão de passar para ter acesso a uma casa individual. Thérèse, que havia chegado à instituição há quatro meses com seus dois filhos (três anos e um ano), me explicou:

Em Caval, tem que passar por aqui. [O problema é que] aqui, ficamos muito voltadas para nós mesmas [falando, ela desenha com o dedo um quadrado, indicando o pátio da casa]. Eu tive conflitos com o diretor; com uma educadora, mesmo com Emilie [outra residente]... Teve um momento em que tive que tomar distância, precisava sair para passear sozinha com as crianças, ter minha intimidade, não é que eu não me interesse pelos outros, mas...

Barbara, que já morava em casa individual, em um dia em que veio a Cap Horn para uma reunião das residentes contou:

Eu não gosto de voltar nesta casa, não tenho boas lembranças daqui. Eu chorava todos os dias. Tinha uma residente que me proibia de entrar na cozinha quando ela estava lá! Antes de vir eu estava acostumada a tomar um cálice de vinho à noite, por exemplo. Aqui não podia. Eles me disseram que era por causa de outras mães que bebiam muito. Quando a gente chega em Cap Horn, volta para a escola maternal.¹³

Pesquisando nos dossiês das famílias que passaram por Cap Horn, constatei que em torno de um terço não ‘ultrapassaram Cap Horn’ e partiram da ilha d’Yeu já nos primeiros meses de residência. De forma recorrente, essas partidas precipitadas justificam-se pelo fato de a mãe não ter suportado o isolamento da ilha e as regras da vida em coletividade. Entretanto, com base em minha pesquisa de campo, posso afirmar que a maioria que fica não é exatamente obediente ou está de acordo com as regras. De fato, ficar residindo na instituição não significa conformação total às regras. Entre as residentes que permanecem mais tempo, estão

¹³ Esta observação de Barbara remete ao que constata Goffman nas instituições totais: “Não podendo conservar o livre-arbítrio próprio ao estatuto de adulto ou que ao menos lhe simboliza, o recluso pode passar pelo terror de sentir-se retroceder na hierarquia das idades” (Goffman, 1968: 87).

as mais hábeis em driblar as normas, mesmo assegurando firmemente o propósito de aderir ao projeto e de fazer esforços para ‘melhorar’.

Ao longo de minhas estadas em Cap Horn, a transgressão às regras era bastante frequente, sobretudo no que se refere ao alojamento de pessoas próximas e ao consumo de bebidas alcoólicas. A primeira transgressão ocorre sobretudo nos fins de semana, quando companheiros de residentes chegam na ilha à revelia da instituição e permanecem clandestinos em Cap Horn ou nas casas individuais. De fato, o que pude observar no cotidiano era uma luta incessante das residentes para driblar o controle de suas vidas exercido pela equipe educativa.

Corroborando a observação feita por De Certeau, Giard e Mayol, segundo a qual “Habitar a parte, fora de lugares coletivos, é dispor de um lugar protegido no qual a pressão do corpo social sobre o corpo individual está afastada” (1994: 207), o momento mais esperado pelas residentes ao longo dos primeiros meses é o anúncio da mudança para uma residência individual. Esse evento é entendido pelas residentes como uma recompensa pelos esforços que fizeram vivendo em coletividade. Alguns dias depois de sua mudança para uma casa localizada nas proximidades de Cap Horn, Janine concluiu contente: “Aqui é muito melhor do que em Cap Horn. As crianças aproveitam o jardim e [ela baixa o tom de voz] a gente respira, respira.”

De fato, a residência em coletividade, a necessidade de partilhar espaços e tarefas domésticas, de conviver com vizinhos muito próximos, sinaliza o que a instituição entende ser sua missão em relação à educação familiar ou à normalização de seus modos de vida. Sinaliza, sobretudo, a concepção de que, antes de irem residir nesse lugar, elas não sabiam manter uma ‘higiene de vida’ de acordo com os ‘interesses das crianças’. A interdição de alojamento de terceiros, mesmo quando se trata do pai das crianças, sublinha as dúvidas do sistema de proteção em relação ao comprometimento que a relação conjugal pode representar em termos da proteção das crianças.

Espaço e Discurso Social sobre as Origens

*O que mais gosto na ilha d’Yeu é de olhar as estrelas. Às vezes já são
três horas da madrugada – há pouco dava pra ver a lua crescente
com uma estrela bem no meio – e eu venho para o
pátio, acendo meu cigarro e olho as estrelas.*

Janine

No pátio fechado da casa Cap Horn, frequentemente as cabeças voltam-se para o alto. Essa atenção poética à imensidão do céu contrasta com o sentimento de reclusão manifesto de forma recorrente pelas residentes que se divertem chamando Cap Horn de Alcatraz de luxo! Para Barbara, a reclusão traduzia-se pelo fato de que “numa ilha você pode seguir qualquer direção e sempre vai chegar na beira do mar”. De maneira geral, junto com as queixas sobre as regras, as residentes fazem um apelo à ordem lembrando: “Afim de contas, isto não é uma prisão.” Com frequência, tal sentimento de reclusão é acompanhado de desânimo, tédio, depressão. Para explicar estes sentimentos, a exemplo de outras situações em que as identidades estão ameaçadas (Zonabend, 1989), utiliza-se a queixa sobre o tempo: o inverno é fonte de angústia para as residentes de Caval – “é triste”; “não tem ninguém com quem conversar”; “não tem nada para fazer”. É nessa estação que os horários de barco são muito reduzidos e que o mau tempo pode impedir a travessia. Mas no verão o problema é o inverso: “Tem muita gente, muito carro, é um inferno fazer as compras no supermercado”.

Esse mal-estar coletivo pode ser relacionado com a condição sociológica desenhada pelo projeto institucional: o deslocamento para um espaço geográfico simbolicamente carregado de significados contraditórios – abertura e reclusão, proteção e isolamento, liberdade e aprisionamento –, a vida familiar sob vigilância em instituição, as regras impostas às relações afetivas e sexuais dos adultos e, talvez, o que mais pese: as suspeitas de maus-tratos contra as crianças. Cabe lembrar que esses elementos contrastam com os valores dominantes na sociedade contemporânea. De acordo com Commaille, Strobel e Villac (2002: 54), a novidade da política familiar na França se encontra na grande distância criada entre “o modelo liberal privado individualista que as classes médias e abastadas reivindicam para os seus comportamentos familiares e educativos, e a normatividade acrescida que parece se impor às famílias e jovens mais modestos”. Na medida em que essa distância repousa sobre um quadro cultural de significação que associa liberdade em relação às normas familiares e às possibilidades socioeconômicas, é compreensível que a sobreposição das instituições – familiar e de proteção às crianças – seja facilmente percebida como uma forma de punição ao fracasso social.¹⁴

¹⁴ De acordo com Attias-Donfut, Lapierre e Segalen (2002), em um estudo intitulado *Le Nouvel Esprit de Famille*, ter um trabalho, um teto e ser um casal estável permanecem na França contemporânea como indicadores de uma vida bem-sucedida.

O paradoxo de instituições como Caval reside na ausência de missão punitiva concomitante à utilização da separação do meio social de pertencimento como recurso de normalização familiar. Ainda que esse modo de intervenção seja fundado no interesse, reconhecido pelos educadores, de permitir que as crianças continuem vivendo com ao menos um dos genitores, a passagem pelo espaço insular é vivida recorrentemente pelos adultos como uma forma de punição. Para Barbara, trata-se de uma dupla punição: “Eles punem as pessoas pelo caminho que fizeram e pelas famílias em que nasceram.” Separar para punir, corrigir, proteger, vigiar, enfim, para transformar o Outro são objetivos comuns aos dispositivos ou projetos destinados a populações que partilham designações estigmatizantes.

Considerações Finais

Retomando o argumento central aqui desenvolvido – de que as características, os usos e percepções do espaço em instituições de proteção à infância podem ser abordados como parte do discurso social sobre as origens de crianças/jovens designados ‘em situação de risco’ –, afirmamos que, no modo de intervenção realizado pela associação Caval, a submissão a um novo espaço de vida cotidiana, marcado pela insularidade, indica a intenção de criar ou assentar as bases de uma nova família que teria internalizado normas sociais diferentes daquelas de seu grupo de origem.

Em relação a dispositivos do sistema de proteção à infância de Porto Alegre, mostrei uma dificuldade de conjugar proteção às crianças com oferta de suporte e apoio aos seus familiares. Na associação Alésia 14, se a utilização de uma escuta telefônica colocada a serviço de pais que se percebem como maltratantes indica uma ética institucional baseada em princípios de hospitalidade, ela também deixa entrever o peso social do estigma associado à noção ‘família de risco’. Com esse olhar voltado para o espaço nesses dispositivos contemporâneos de proteção à infância, cabe interrogar em que medida os esforços de proteção às crianças, ao excluírem seus grupos de pertencimento ou ao sugerirem a necessidade de uma profunda transformação de seus modos de vida, tendem a reproduzir lógicas punitivas que dificultam o diálogo cultural em torno do tratamento reservado aos mais jovens e a favorecer a produção de hierarquizações e de identidades estigmatizadas.

Referências

- ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES, 159. Paris: Seuil, set. 2005. (Politiques des Espaces Urbains – Penser, Classer, Administrer la Pauvreté, 1)
- ARMAING, T. & BOUJU, M. Alésia 14: du projet à l'expérience. *CFPE Action*, 4, 1990.
- ATTIAS-DONFUT, C.; LAPIERRE, N. & SEGALEN, M. *Le Nouvel Esprit de Famille*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2002.
- AUBERT DE LA RUE, E. *L'Homme et les Îles*. Paris: Gallimard, 1933.
- BALFET, H. et al. *Pratiques et Représentations de l'Espace dans les Communautés Méditerranéennes*. Paris: Éditions du CNRS, 1976.
- BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. *Dictionnaire Critique de la Sociologie*. Paris: PUF, 2000.
- BOURDIEU, P. (Dir.). *La Misère du Monde*. Paris: Edition du Seuil, 1993. (Coll. Points)
- CADORET, A. *Parenté Plurielle: anthropologie du placement familial*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- CADORET, A. Espace. In: BONTE, P. & IZARD, M. *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*. Paris: PUF, 2000.
- CARDARELLO, A. D. L. A transformação de internamento 'assistencial' em internamento por 'negligência': tirando a cidadania dos pais para dá-la às crianças. *Ensaio FEE*, 19(2): 306-331, 1998.
- CAVAL. Status. Île d'Yeu, 1976. (Mimeo.)
- CHAUSSADE, J. 'L'île d'Yeu: un exemple de développement insulaire.' Recherches Scientifiques et Techniques sur l'Environnement. In: COLLOQUE INTERNATIONALE TERRITOIRES ET SOCIÉTÉS INSULAIRES, Brest, 15-17 nov. 1991.
- COMMAILLE, J.; STROBEL, P. & VILLAC, M. *La Politique de la Famille*. Paris: Éditions La Découverte, 2002. (Coll. Repères, 352)
- DE CERTEAU, M.; GIARD, L. & MAYOL, P. *L'Invention du Quotidien 2: habiter, cuisiner*. Paris: Gallimard, 1994.
- DERRIDA, J. Une hospitalité à l'infini. In: SEFFAHI, M. (Dir.). *Autour de Jacques Derrida: de l'hospitalité*. Genouilleux: Éditions la Passe du Vent, 2001.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Lei n. 8069 de 13 de jul. 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1990.
- FÉLIX, T. M. *Superando Limites, Procurando Recursos: dificuldades de atuação e negociação de saberes no cotidiano dos conselheiros tutelares de duas microrregiões de Porto Alegre*, 2005. Monografia, Porto Alegre: Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FONSECA, C. Os direitos das crianças: dialogando com o ECA. In: FONSECA, C. et al. (Orgs.). *Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- FONSECA, C. *et al.* Estrutura e composição dos abrigos para crianças e adolescentes em Porto Alegre. Porto Alegre, 2006. (Relatório de pesquisa)
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GOFFMAN, E. *Asiles*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968.
- LALLEMAND, D. La prévention en Cavale. *Actualités Sociales Hebdomadaires*, 1.744, 1991.
- LEMAIGNAN, B. & GAUTHIER, G. *Réflexions*, 1992. (Mimeo.)
- LEPOUTRE, D. *Coeur de Banlieue*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1997.
- MAJASTRE, J.-O. D'île en asile. In: AMOUROUS, C. & BLANC, A. (Dirs.). *Erving Goffman et les Institutions Totales*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- MANCIAUX, M. *et al.* *Enfances en Danger*. Paris: Éditions Fleurus, 1997.
- PAUL-LÉVY, F. & SEGAUD, M. *Anthropologie de l'Espace*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1983.
- PIERQUIN, J. Constatations et Questions sur un Caval de 21 ans, Île d'Yeu, 1997. (Mimeo.)
- RIBEIRO, F. B. *A Inserção do Conselho Tutelar na Construção do Problema Social da Infância e Adolescência: um estudo de caso a partir do Conselho Tutelar da Microrregião 3 de Porto Alegre*, 1996. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- RIBEIRO, F. B. *'Au service des relations parents-enfants': la famille d'origine et la protection à l'enfance à partir d'une association parisienne*, 1999. Monografia de DEA em Antropologia Social, Paris: L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- RIBEIRO, F. B. *Une Île au Milieu de la Route: approche ethnographique d'un service d'accueil destiné à des familles monoparentales et à leurs enfants en danger*, 2005. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- ZONABEND, F. *La Presqu'Île au Nucléaire*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1989.

